



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ATA Nº 15 DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CNODS

Ata da 8ª reunião ordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável realizada no dia 16 de outubro de 2025, no Auditório do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, UNB, Brasília.

1 Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, a partir das catorze
2 horas, reuniu-se a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
3 Sustentável, com a presença dos seguintes membros: Lavito Bacarissa, Secretário-
4 Executivo da Comissão Nacional dos ODS, Patricia Maria Santos de Carvalho - SG/PR;
5 André Grossi Porto - SG/PR; Thiago Galvão - SG/PR; Mariana Siqueira - SG/PR; Lourival
6 Andrade – MAM Movimento pela Soberania Popular na Mineração; Filipe Araújo –
7 Pronaclima/AGU; Elias Begnini – MMA; Francisco Pereira – SRI/PR; P. Silva – CNC;
8 Reynaldo Colares – Gabinete de Segurança Institucional; Lennon Corezomae –
9 Ministério dos Povos Indígenas; R. Mathos – INPETI; Alberto Saraiva – Faculdade Zumbi
10 dos Palmares; Juliana Cesar – Gestos/GT Agenda 2030; Mayra Goulart – Observatório
11 do Conhecimento; Marques Gestor – Instituto EcoVida; J.E. Brandão – Ipea; Carina
12 Giunco – Instituto Selo Social; Yara Martinelli – Associação Brasileira de Municípios;
13 Giselle Dupin – Ministério da Cultura; André Flexa – MEMP; Fred Quintão – MNODS; Fani
14 Mamede – Ministério dos Transportes; Larissa Amorim – MPOR; Luciano Lourencao –
15 Ministério da Previdência Social; Patrícia Aparecida – Unitins/Reods; Andrea Matos –
16 ONDAS; Valquíria Fonseca – CAANM; Lara Dutra – MDIC; Flávia PoliSaber – Fundação
17 PoliSaber; Renata – DIEESE; Leonardo Athias – IBGE; Ruth Costa – União de Ciclistas do
18 Brasil; Cris Ampabsb – Instituto AMSUR; Raimunda Barbosa – UMBRASIL; Cris Palmieri –
19 UGT; Jac Senna – ABEn; Maria Ortolan – Ministério dos Povos Indígenas; Nina Orlow –
20 MNODS. A reunião ordinária da Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento
21 Sustentável (ODS) foi realizada em 16 de outubro de 2025, às 17h42, com a presença de
22 representantes da sociedade civil, órgãos governamentais e convidados. A abertura foi
23 conduzida pelo secretário Executivo da Comissão Nacional para os ODS, Lavito Bacarissa,
24 que agradeceu a presença de todos e iniciou com uma breve saudação informal, em
25 seguida, foi realizada uma rodada de apresentações dos participantes. A reunião teve
26 início com a aprovação das atas anteriores. Foram aprovadas, sem ressalvas, a 13ª ata
27 referente à 7ª reunião ordinária realizada em 25 de junho, e a 14ª ata da reunião de 26
28 de junho, ambas previamente socializadas com os membros da comissão. Na sequência,
29 foi feito um informe sobre o encerramento da diligência do Tribunal de Contas da União
30 (TCU) relacionada à implementação da Agenda 2030 no Brasil. A Secretaria Executiva da
31 Comissão Nacional dos ODS recebeu um novo acórdão do TCU, reconhecendo os



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

avanços significativos realizados, o que representa uma conquista importante para a governança da agenda. O documento será compartilhado com os membros para conhecimento detalhado. Foram convidados para informes iniciais os senhores Thiago Galvão (Secretaria Executiva), Leonardo Atias (IBGE) e Helder Ferreira (Ipea), que compuseram o dispositivo e apresentaram atualizações sobre o Relatório Nacional Voluntário (RNV) de 2026 e os processos de adequação das metas dos ODS. Helder Ferreira iniciou destacando o trabalho do Ipea na revisão das metas dos ODS de 1 a 17, excluindo o ODS 18, que possui uma câmara temática própria. O processo envolveu oficinas com o grupo de trabalho intragovernamental, consulta pública via a plataforma Brasil Participativo, e análise das contribuições recebidas. Foram mais de 10 mil acessos à página da consulta, 54 participantes registrados e 448 comentários. As áreas com maior número de contribuições foram saúde, educação, ODS 16 e ODS 8. As sugestões foram classificadas como incorporadas, parcialmente incorporadas ou não incorporadas, com critérios como alinhamento à meta global, ausência de sobreposição, compatibilidade com compromissos nacionais e internacionais, e possibilidade de acompanhamento por dados oficiais. Está prevista uma publicação conjunta com a câmara temática do ODS 18, intitulada “Nacionalização da Agenda 2030”, incluindo os ODS de 1 a 18, com lançamento no primeiro trimestre de 2026. Leonardo Átias, representando o IBGE, informou sobre os avanços na integração dos indicadores do ODS 18 à plataforma ODS Brasil, com apoio da área de TI. O IBGE identificou sete indicadores com possibilidade de desagregação por cor/raça, e está trabalhando com grupos temáticos internos para automatizar a atualização desses dados. Foi anunciada a publicação “10 anos do IBGE nos ODS”, da série Estudos e Análises (conhecida como “série capa preta”), com lançamento previsto para o dia 23 de outubro, às 10h, no Palácio da Fazenda, com transmissão pelo YouTube. Thiago Galvão apresentou o andamento das consultas públicas para o RNV 2026, destacando o apoio da Itaipu e da Parktec na produção de um vídeo de divulgação e identidade visual da campanha. A meta é ampliar o engajamento da sociedade civil e dos ministérios, com envio de formulários e coleta de informações para compor o relatório. Giba, representante da sociedade civil na mesa diretora, também está acompanhando o processo. Thiago reforçou a importância da participação coletiva e da mobilização para garantir a representatividade e profundidade do relatório. No segundo momento da reunião, foram convidados Rômulo Paz (presidente da Abrasco) e Jorge Abrahão (Instituto Cidades Sustentáveis – ICS) para fomentar um debate mais abrangente sobre o contexto político global e nacional e os desafios da sustentabilidade no Brasil às vésperas da COP 30. Rômulo Paz abordou o conceito de “convergência societária” de Galbraith, destacando a necessidade de enfrentamento coletivo de problemas como a crise climática. Criticou a fragilidade da governança global, o excesso de confiança na tecnologia como solução única, e o negacionismo ideológico. Ressaltou que a tecnologia, embora útil, também é responsável por impactos negativos como poluição e esgotamento de recursos. Apontou o papel das narrativas políticas e a influência de



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

73 conglomerados econômicos na fragilização dos Estados reguladores. No contexto
74 brasileiro, destacou a polarização política desde 2016, a força da comunicação digital da
75 extrema direita, e a necessidade de o governo pautar um projeto de desenvolvimento
76 mais diversificado e sustentável, com maior valor agregado e protagonismo
77 comunitário. Jorge Abrahão complementou a análise destacando o papel da Comissão
78 Nacional dos ODS como espaço de resistência e articulação. Apontou o baixo avanço
79 global da Agenda 2030 (apenas 20% em 10 anos), os impactos da pandemia e das
80 guerras, e o retrocesso em direitos humanos e clima em países com governos
81 autoritários. Ressaltou que o Brasil apresentou o RNV em 2024 e lidera mundialmente
82 em número de cidades com Relatórios Locais Voluntários (50 municípios), entregues em
83 parceria com a Caixa e o ICS. Defendeu a soberania digital como condição para soberania
84 política e alertou para os riscos da desinformação e da não regulamentação das redes.
85 Encerrou propondo que a comissão pense em um projeto de futuro para o país, com
86 ambição, visão simbólica e foco em superar desigualdades e pobreza como condição
87 para o desenvolvimento sustentável. Após o intervalo a reunião foi retomada com a fala
88 de Lavito Bacarissa, que introduziu o debate sobre os desafios contemporâneos
89 enfrentados pelo coletivo da Comissão Nacional dos ODS, especialmente diante das
90 crises globais, com destaque para a crise climática. Ele provocou reflexões sobre o
91 papel da participação social em um governo democrático e sobre o modelo de sociedade
92 que o Brasil deseja apresentar ao mundo, tanto no curto prazo — com a proximidade da
93 COP 30 — quanto no médio prazo, com vistas à agenda pós-2030. Ele destacou a
94 necessidade de discutir a transição para um modelo de desenvolvimento mais justo,
95 viável e ecologicamente responsável, e apontou a ausência de representação da
96 juventude na comissão como uma lacuna a ser corrigida. A plenária foi então aberta
97 para contribuições dos presentes. Leonardo Atias (IBGE) iniciou destacando o papel da
98 cultura como vetor de desenvolvimento sustentável e mencionou a dificuldade de
99 obtenção de dados localizados sobre produção cultural nas periferias. Ele defendeu o
100 investimento na economia criativa como alternativa de matriz produtiva e informou
101 sobre o lançamento do Observatório do Brasil Criativo em 17 de novembro, além de
102 estudos do IBGE sobre comércio exterior de bens e serviços culturais. Lourival trouxe
103 uma análise crítica sobre o modelo de mineração no Brasil. Ele relatou sua participação
104 na elaboração de propostas para o programa de governo Lula-Alckmin, com foco na
105 soberania popular sobre os recursos minerais. Denunciou a influência das empresas
106 mineradoras e agroindustriais na condução das pautas ESG, que têm mobilizado mais
107 pessoas do que os debates promovidos pela sociedade civil. Ele propôs a criação de um
108 movimento nacional para discutir as “cidades mineradas”, alertando para a
109 dependência econômica e os impactos sociais e ambientais da mineração. Criticou a
110 tentativa de desregulamentação das normas de segurança do trabalho (NR-22) e
111 defendeu a manutenção da CIPAMIN como espaço de controle social. Em seguida,
112 Raimunda fez uma fala emocionada sobre o compromisso do país com os 18 ODS,
113 especialmente o ODS 18, que trata da igualdade étnico-racial. Ela destacou que o



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

114 modelo de sociedade que o Brasil precisa já está delineado nos ODS e que é
115 responsabilidade da sociedade civil garantir sua implementação. Defendeu uma
116 educação antirracista e a valorização da humanidade de todos os brasileiros,
117 especialmente os negros, que historicamente têm sido excluídos dos espaços de poder
118 e decisão. Giba, representando a Fundação PoliSaber, fez uma fala sobre comunicação,
119 tecnologia e educação como tripé da sustentabilidade democrática. Ele compartilhou a
120 experiência do projeto “MEC Enem”, que se tornou o maior sistema público gratuito de
121 ensino do Brasil, com milhões de acessos e redações corrigidas por inteligência artificial.
122 Ressaltou a soberania narrativa como elemento central da soberania nacional e alertou
123 para os riscos da desinformação e da não regulamentação das redes sociais. Propôs um
124 pacto pela comunicação dos ODS e pela construção de narrativas éticas e inclusivas.
125 Gilberto Saraiva reforçou a importância de estruturar um Sistema Nacional dos ODS
126 como legado do atual mandato da comissão. Ele defendeu a territorialização da pauta e
127 a criação de mecanismos de aceleração das metas, com ações concretas que dialoguem
128 com a população. Compartilhou experiências de articulação com grandes clubes
129 esportivos, como Corinthians e Flamengo, que se comprometeram a divulgar o ODS 18
130 em suas ações institucionais, especialmente nas comemorações do Dia da Consciência
131 Negra. Pedro Ivo fez uma intervenção crítica sobre o conceito de desenvolvimento
132 sustentável, argumentando que o tripé clássico (econômico, social e ambiental) é
133 insuficiente. Ele defendeu uma visão ampliada, baseada na Carta da Terra, que inclui
134 democracia, justiça social, direitos da natureza e combate ao antropocentrismo. Pedro
135 propôs a criação de um Conselho Nacional dos ODS, com caráter deliberativo e paritário,
136 e a institucionalização de um Sistema Nacional dos ODS, com presença nos estados e
137 municípios. Ele destacou que sem participação popular e democracia participativa, não
138 há sustentabilidade verdadeira. Cris Palmieri, representante do movimento sindical,
139 abordou o papel central do mundo do trabalho na agenda dos ODS, especialmente no
140 ODS 8. Ela defendeu empregos verdes, trabalho decente, igualdade salarial, combate ao
141 assédio e acesso à educação continuada. Cris alertou para os impactos da crise climática
142 na saúde física e mental dos trabalhadores e para a necessidade de proteção social na
143 transição ecológica e energética. Propôs que a comissão elabore uma carta para ser
144 levada à COP 30, contemplando todos os ODS e as alianças construídas. Maria Helena
145 trouxe a perspectiva dos povos indígenas, destacando a importância de reconhecer os
146 saberes tradicionais como conhecimentos especializados. Ela defendeu a
147 interculturalidade como prática concreta e criticou a desigualdade na operacionalização
148 das políticas públicas. Maria Helena mencionou a organização da “Aldeia COP” pelo
149 Ministério dos Povos Indígenas como espaço de protagonismo indígena na conferência
150 internacional. Patrícia, representando a Universidade Estadual do Tocantins, relatou a
151 tentativa frustrada de mobilizar universidades brasileiras para a COP 30. Ela criticou a
152 baixa adesão do setor educacional e a ausência de reconhecimento da educação como
153 vetor estratégico da agenda 2030. Patrícia defendeu maior participação do MEC e das
154 instituições educacionais nos editais e parcerias da comissão, e propôs que a CNODS se



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

155 articule para ter presença efetiva e coletiva na COP. Valquíria fez uma fala sobre justiça
156 territorial como condição para o desenvolvimento sustentável. Ela destacou que sem
157 demarcação, titulação e reconhecimento dos territórios tradicionais, não há como
158 garantir os ODS relacionados à erradicação da pobreza, à proteção dos ecossistemas e
159 à igualdade étnico-racial. Valquíria alertou para o orçamento insuficiente do INCRA e
160 para a necessidade de priorizar os povos e comunidades tradicionais nas políticas
161 públicas. Por fim, Andréa Matos, do Observatório Nacional do Direito à Água e ao
162 Saneamento (ONDAS), convidou os presentes para o segundo encontro nacional dos
163 direitos à água e ao saneamento, a ser realizado em março de 2026 na UFBA. Ela
164 destacou a centralidade da água na agenda climática e social, e defendeu uma ciência e
165 tecnologia voltadas para a soberania nacional e para o fortalecimento da economia
166 solidária. Andréa mencionou a tecnologia das barraginhas como exemplo de inovação
167 social que transforma realidades no semiárido brasileiro. A reunião foi encerrada com
168 agradecimentos da coordenação, que reforçou o convite para a oficina subsequente e
169 para o coquetel de confraternização. Foi reiterado que os debates continuarão no dia
170 seguinte, com foco no balanço ético global, na parte conferencial e na discussão sobre
171 o mandato da comissão. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, no qual,
172 eu Mariana Vicência Fernandes de Siqueira, lavrei a presente ata em 16 de outubro de
173 2025, que foi aprovada pelo pleno na 9ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional para
174 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 18/12/2025.